

Na contribuição do povo a Constituinte a prioridade são os problemas sociais

BRASILIA — São basicamente com problemas sociais as preocupações demonstradas em mais de 10 mil contribuições recebidas até agora pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo professor Afonso Arinos de Melo Franco. As sugestões mais frequentes se referem a direitos individuais e sociais, garantia de emprego, retorno da estabilidade e criação de seguro-desemprego.

O assunto que mais tem ocupado os 51 membros da comissão — definição de um sistema de governo para o País — foi objeto de apenas uma sugestão, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que defende a adoção do parlamentarismo, opinião que coincide com a de Afonso Arinos. Mas a comissão espera, até elaborar o seu anteprojeto, receber um número bem maior de sugestões. Todas elas estão sendo catalogadas em computador, por temas, em um trabalho realizado pelo Serpro e a Fundação Getúlio Vargas.

— Do ponto de vista técnico-jurídico, muitas dessas contribuições não têm sentido, mas do ponto de vista da realidade econômica e política elas têm um sentido imenso — afirma o cientista político Joaquim de Arruda Falcão Neto, membro da comissão e Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça.

As cartas e contribuições estão chegando de todo o País, algumas escritas a mão e até sugerindo temas que não se relacionam com a ordem constitucional. O ex-Senador Mário Martins, outro membro da comissão, destaca que, proporcionando mais de dois anos de debates, esta poderá ser a primeira Constituição brasileira a ser elaborada com base em sugestões de toda a população.

Arruda Falcão, entusiasmado com as sugestões até agora recebidas, aponta o grande desafio a ser enfrentado pela Comissão Afonso Arinos: "compatibilizar a boa técnica jurídica com a formulação de soluções para os principais problemas sociais revelados pelas contribuições, de modo que o anteprojeto que a comissão vai apresentar ao fim dos seus trabalhos reflita realmente as aspirações da sociedade brasileira".

A preocupação básica da Comissão Arinos tem sido até agora definir qual o sistema de governo a ser adotado pelo País e predominou, pelo menos nas primeiras reuniões, a tendência ao parlamentarismo. Essa é a posição da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que realizou um debate sobre o tema, com a participação de

José Bonifácio melhora mas ainda está mal

BELO HORIZONTE — O estado de saúde do ex-Deputado José Bonifácio Lafaiete de Andrada, 81 anos, ex-Líder do Governo Geisel, que no último dia 11 sofreu um "acidente vascular cerebral oclusivo", começou a melhorar ontem. Segundo seus familiares, "Zezinho Bonifácio", como é conhecido nos meios políticos, moveu as mãos na manhã de ontem e passou a acompanhar com os olhos os movimentos das pessoas.

Apesar disso, o último boletim médico diz que o ex-Deputado continua em estado grave, apresentando, porém, "alguma recuperação no estado geral".

alguns juristas que hoje integram a comissão, e elaborou um documento apresentado como contribuição às discussões. Ela entende que o parlamentarismo não é uma solução de crise, mas sim um sistema de salvação, que afasta o poder pessoal do Presidente da República, a corrupção, a improvisação e a permanência dos erros. Foi apontada como condição básica para o êxito do sistema parlamentarista a necessidade de uma profunda mudança na cultura política, onde as elites assumam suas responsabilidades e assegurem a estabilidade da administração.

O Professor Miguel Reale, membro da comissão, também sugere que o parlamentarismo não deve ser uma solução de emergência e sim uma questão de fundo. Ele considera que "o Estado deve ter direito, enquanto entidade autônoma no seio federativo, de completar suas assinaturas jurídicas e judiciárias sem contar com modelos fixos na Constituição".

Entre as cartas que a comissão recebeu sobre o regime da Federação, uma pretende a autonomia municipal, dentro dos planos político-jurídico, econômico-financeiro e social. Diz a carta que isso deve estar garantido nas Constituições municipais, ajustadas à próxima Constituição Federal. Ainda dentro de uma sugestão do Professor Miguel Reale há a definição de que os municípios devem participar das sedes do poder, a que ele chama de regiões fundamentais, "que devem ser a projeção de um poder da União, com a participação dos Estados".

No tocante ao Poder Legislativo há uma sugestão para que se crie no Brasil a figura do direito escandinavo "Ombudsman", que seria o procurador parlamentar e teria por função receber e apreciar queixas e reclamações contra funcionários da administração pública em geral e da administração da justiça, que tenham agido com dolo ou culpa no exercício do cargo.

Com relação ao regime de aposentadoria, muitas cartas querem o fim da contribuição do aposentado, enquanto outras pretendem a continuação do pagamento desde que, ao mesmo tempo, o segurado tenha direito a promoções como os trabalhadores ativos. Algumas cartas sugerem a diminuição da idade limite de aposentadoria e também a de tempo de serviço de 35 para 33 anos para os funcionários públicos.

O Poder Judiciário é focado em algumas cartas que tratam da ques-

Maria Luísa vai divulgar dossiê sobre a corrupção

FORTALEZA — A Prefeita Maria Luíza Fontenelle (PT) afirmou que no dia 12 de fevereiro, logo após o carnaval e o encerramento do prazo para os servidores municipais regularizarem sua situação, divulgará um dossiê sobre a real situação da capital, mostrando casos de corrupção, inclusive crianças e pessoas mortas cujos nomes constavam da relação dos funcionários contratados por portarias.

Maria Luíza estranhou a condenação ao PT por estar incentivando a greve dos servidores da Prefeitura, porque "ninguém poderia querer que o PT não estivesse ao lado dos

trabalhadores".

— Agora, não, está se fazendo a mobilização com uma antecedência de mais de dois anos, desde que Tancredo Neves anunciou o seu propósito de criar uma comissão para estudos constitucionais, o que motivou o envio de sugestões e contribuições sobre todos os assuntos — disse.

Não é por acaso que na catalogação por tema feito pelo Serpro/FGV, estão pouco mais de 200 títulos, cada um deles com o mínimo de uma ou duas contribuições e alguns com até 30.

Lembra Joaquim Falcão que o povo participa também através de seminários e grupos de estudos espalhados pelo País e nesse esforço estão também as instituições nacionais.

Para o Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça, pouco importa se a Assembleia Nacional Constituinte vai adotar ou não a proposta da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que será feita através de um anteprojeto, mesmo porque esse texto não será único: atualmente, ele tem conhecimento da existência de pelo menos dez anteprojetos completos de Constituição — um deles, por sinal, de um dos membros da comissão, o Professor pernambucano Pinto Ferreira. Como o anteprojeto da comissão, todas os demais servirão de subsídios. Mas o da Comissão Arinos refletirá, mais do que os outros, a participação do povo e da sociedade, com suas inúmeras contribuições.

Enquanto isso, o lixo vai se acumulando em todas as ruas da cidade. No Centro, já há filas de sacos de lixo nas calçadas, esperando que os garis acabem a greve. Na Avenida Beira-Mar, onde estão localizados os principais hotéis e mais de 50 restaurantes, o lixo amontoa-se em quase todas as esquinas. Maria Luísa prometeu pagar amanhã o salário dos garis, pois já depositou no Banco Pontual Cr\$ 1,2 bilhão.

Por sua vez, os servidores estaduais começam a se organizar no sentido de cobrar do Governador Gonzaga Mota o pagamento das diferenças de novembro e de dezembro.

Professora da comissão propõe parlamentarismo

PORTO ALEGRE — Uma das duas mulheres da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a Professora Rosah Russo-mano, disse que a adoção do parlamentarismo ao estilo francês — com a Chefia do Governo entregue ao Primeiro-Ministro, mas com um Presidente forte — e o respeito aos direitos da camponesa são duas tendências predominantes na Comissão.

Professora de Direito Constitucional da Universi-

dade Federal de Pelotas, Rosah explicou que, no parlamentarismo francês, o Presidente mantém o poder de nomear e exonerar o Primeiro-Ministro e, de acordo com este, os demais Ministros. Rosah manifestou especial preocupação com a situação da camponesa, que trabalha na lavoura com o marido, ao mesmo tempo em que cuida dos filhos, e, mesmo assim, não tem direito à aposentadoria.